

VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS

# DIREITO AO RECURSO NO PROCESSO PENAL

Conteúdo e dinâmica procedimental para um  
controle efetivo da sentença condenatória

3ª edição

THOMSON REUTERS  
REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Carina Baotista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pirto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capa:* Linotec

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Vasconcellos, Vinicius Gomes de

Direito ao recurso no processo penal : conteúdo e dinâmica procedimental para um controle efetivo da sentença condenatória / Vinicius Gomes de Vasconcellos. -- 3. ed. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0866-9

1. Processo penal 2. Recurso (Direito) 3. Sentenças (Direito processual) Brasil I. Título.

22-120845

CDU-347.955:343.1(81)

---

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Recursos : Direito processual penal  
347.955:343.1(81)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
APRESENTAÇÃO.....	9
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO .....	13
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO .....	15
NOTA DO AUTOR.....	17
INTRODUÇÃO.....	23
a) Objetivos, limitações e problemas .....	24
b) Justificativa e ineditismo .....	26
c) Estrutura da tese e de seus capítulos .....	32
<b>PARTE 1 – A REVISÃO AMPLA DA CONDENAÇÃO E O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: SOBRE A PERSPECTIVA ESTÁTICA DO DIREITO AO RECURSO NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>35</b>
1. Fundamentação do direito ao recurso: premissas dogmáticas e legislativas da impugnação sobre a decisão condenatória .....	41
1.1. A insuficiência da visão clássica acerca dos fundamentos do recurso sobre a condenação no processo penal .....	41
1.2. O recurso como garantia do acusado de controle sobre a decisão judicial .....	45
1.2.1. A origem burocrática da ideia de controle como concentração de poder e a imprecisão do desfoque à proteção do acusado .....	46

1.2.2.	O direito ao recurso como limite de poder por meio do controle da atuação jurisdicional .....	48
1.3.	Fundamento legislativo do direito ao recurso no processo penal brasileiro .....	53
1.3.1.	O direito ao recurso na Constituição brasileira: divergências sobre a sua previsão constitucional .....	53
1.3.2.	Tratados internacionais de Direitos Humanos e a consagração do direito ao recurso no processo penal: breve análise acerca do seu <i>status</i> normativo no ordenamento brasileiro .....	57
1.3.3.	Conclusão parcial do tópico: recurso sobre a condenação como direito fundamental integrante do bloco de constitucionalidade .....	62
2.	Elementos essenciais e conteúdo do direito ao recurso sobre a condenação no processo penal .....	67
2.1.	Titularidade do direito ao recurso no processo penal: a consagração ao imputado e o conseqüente regime jurídico diverso ao acusador .....	76
2.1.1.	Direito ao recurso do acusador? Apontamentos introdutórios para o desvelamento da distinção de premissas .....	80
2.1.1.1.	Sobre as premissas diversas do recurso da acusação e a conseqüente configuração de um regime impugnativo distinto .....	80
2.1.1.2.	As aporias do sistema recursal penal diante da possibilidade de reforma de uma absolvição: breve introdução à proposta de limitação ao recurso da acusação .....	84
2.1.2.	Voluntariedade no sistema impugnativo e a problemática do recurso de ofício .....	100
2.2.	Extensão do direito ao recurso no processo penal: as decisões passíveis de reexame .....	102
2.2.1.	O direito ao recurso e as suas exceções: crítica ao esvaziamento de conteúdo e potencial efetividade .....	109
2.2.1.1.	Hipóteses de julgamento por tribunal superior em competência originária: o foro por prerrogativa de função em tensão com o direito ao recurso do acusado .....	111
2.2.1.2.	Condenação em recurso sobre a sentença absolutória: o necessário reforço da lógica de proteção ao imputado .....	120
2.2.1.3.	Ofensas de menor gravidade: sobre a revisão sem exceções da incidência do poder punitivo estatal .....	123
2.2.1.4.	Procedimento do Júri e apelação limitada: a tensão entre a soberania dos veredictos, sua ausência de motivação e o direito ao recurso sobre a condenação .....	125
2.3.	Amplitude da impugnação e a efetividade da revisão realizada sobre a decisão condenatória .....	129
2.3.1.	Ampla revisão da condenação: a concretização de sua essência na proteção da presunção de inocência no processo penal .....	139
2.4.	Autoridade competente para o julgamento do recurso: o conceito de Tribunal Superior .....	143
2.5.	Momento de realização da revisão no juízo recursal: a necessidade da impugnação antes do início da execução da condenação .....	147

2.6. Conclusão parcial do capítulo: proposta de delimitação do direito ao recurso no processo penal.....	151
3. O controle da sentença e sua indispensável amplitude: relações necessárias com a função da prova e com o dever de motivação no processo penal .....	153
3.1. A prova no processo penal: a importância da valoração do lastro probatório e de seu controle por meio recursal .....	154
3.1.1. A função da prova no processo penal: entre a racionalidade da cognição e a facticidade da persuasão do julgador .....	155
3.1.2. Modelos de valoração probatória e seu controle por meio de recursos.....	163
3.1.3. A importância do controle sobre o juízo de fatos para a decisão em âmbito criminal .....	169
3.2. Motivação da decisão e limites à atividade jurisdicional: sobre a simbiose entre a fundamentação da condenação e seu controle em âmbito recursal.....	173
3.2.1. Aspectos preliminares do dever de motivação das decisões jurisdicionais no processo penal .....	174
3.2.2. A relação de dependência recíproca entre a motivação e o recurso da decisão: sobre a instrumentalidade para proteção dos demais direitos e garantias fundamentais .....	180
4. Recursos e modelos de Justiça Criminal: a relação entre o meio de impugnação da sentença e o desenho amplo do Processo Penal.....	185
4.1. Juízos criminais de instância única e de graus recursais: sobre a compatibilização da justiça criminal com o direito ao recurso do imputado .....	186
4.1.1. O debate acerca da espécie de impugnação compatível com o direito ao recurso no processo penal .....	189
4.1.1.1. O exemplo espanhol e sua tensão com o posicionamento do Comitê de Direitos Humanos da ONU .....	195
4.1.2. A desvirtuação do recurso de cassação em um ordenamento de instância fática única.....	198
4.1.3. A necessária generalização do duplo grau de jurisdição e sua instrumentalização por meio da apelação.....	201
4.2. Sistemas processuais e recursos na justiça criminal: desvelando relações não necessárias .....	206
4.2.1. Considerações preliminares sobre os sistemas processuais penais: a necessidade de limitação de significado diante das imprecisões na discussão atual .....	207
4.2.2. O controle da decisão penal por meio do juízo recursal e sua não relação com a dicotomia acusatório e inquisitivo .....	212
<i>Conclusões parciais: o direito ao recurso da condenação como elemento da concepção do processo penal como instrumento de limitação do poder punitivo estatal.....</i>	217
<b>PARTE 2 – O DIREITO AO RECURSO SOBRE A CONDENAÇÃO EM SUA PERSPECTIVA DINÂMICA: CONCRETIZAÇÃO PROCEDIMENTAL DO EFETIVO CONTROLE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA CRIMINAL .....</b>	231

5. O mito do duplo grau de jurisdição no Processo Penal brasileiro e a necessária reforma procedimental do Juízo Recursal.....	235
5.1. Julgamento em Juízo Recursal com todas as garantias.....	242
5.1.1. As etapas da persecução penal e suas funções cognitivas: sobre a centralidade do juízo oral e a delimitação do âmbito recursal como controle e limitação do poder punitivo .....	246
5.2. Direito ao recurso e julgamento em prazo razoável: sobre a necessidade da gestão racional da organização judiciária .....	259
6. A amplitude da apelação e seus conflitos com a oralidade e a imediação: crítica e proposta de leitura atual.....	265
6.1. Delimitações introdutórias sobre a oralidade e a imediação no processo penal....	266
6.1.1. A imediação no processo penal: delineamentos e críticas às leituras radicais para sua inversão de sentido .....	273
6.1.2. Imediação como método de produção e não de valoração da prova? .....	278
6.1.3. Proposta de leitura da imediação no processo penal.....	280
6.2. A tensão entre duplo grau de jurisdição e respeito à oralidade e à imediação ....	283
6.2.1. O problema do controle recursal sobre a prova praticada em primeiro grau: as limitações ao reexame impugnativo em razão da imediação ....	284
6.2.2. Propostas de enfrentamento do problema: repetição integral do juízo em segundo grau, apelação somente com efeito rescisório ou proibição de reavaliação probatória? .....	288
6.3. O conteúdo da imediação e a compatibilização com a revisão ampla da condenação: possibilidade de contribuição de meios tecnológicos .....	296
7. A concretização dinâmica do Juízo Recursal Oral e as características básicas do procedimento da apelação sobre a condenação .....	305
7.1. A função do juízo recursal sobre a condenação e a sua estruturação básica como mecanismo de controle: críticas às confusas classificações doutrinárias .....	309
7.2. A audiência oral pública em segundo grau: os direitos de presença e de auto-defesa como elementos do procedimento recursal.....	314
7.3. A limitação dinâmica da amplitude do recurso: dever de impugnação específica e fortalecimento da motivação da decisão no juízo recursal.....	321
<b>CONCLUSÃO</b> .....	327
a) Consequências paralelas da tese à teoria e à prática da justiça criminal .....	338
b) Limitações desta tese e pautas para investigações futuras.....	341
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	345
<b>APÊNDICE 1 – PROPOSTA LEGISLATIVA (GENERALIZAÇÃO DIREITO AO RECURSO NO PL 8.045/10)</b> .....	371
<b>APÊNDICE 2 – PROPOSTA LEGISLATIVA (REFORMA PROCEDIMENTAL)</b> .....	375